

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata de Reunião nº 26

Em 30/09/2021 iniciou-se por meio presencial a 26ª Reunião do exercício de 2021 do Comitê de Investimentos do IPRESB, cuja pauta foi:

- 1 – AGC do Fundo Incentivo FIDC Multisetorial;
- 2 – AGC do Fundo de participações Brasil Florestal;
- 3 – Apresentação do relatório analítico do mês de agosto de 2021;
- 4 - Plano de Ação;
- 5 – Permuta entre fundos de renda fixa.

1 – AGC do Fundo Incentivo FIDC Multisetorial.

No dia 31/08/2021 ocorreu a assembleia de cotistas do FI de direitos creditórios cuja ordem do dia foi:

I-) Aprovação do plano de liquidação do fundo.

Apesar de se tratar de um dos fundos estressados de nosso portfólio, a pauta é de fácil análise e conclusão. Este Comitê entende que o melhor a se fazer é sim a **APROVAÇÃO** do plano de liquidação do fundo para que assim retorne os recursos aplicados neste fundo.

O fundo é hoje administrado pela RJI e gerido pela BRPP e entrou em nosso portfólio em 04/09/2013, com um aporte de onze milhões e com uma cotização de resgate de 1200 dias com a efetiva liquidação em mais 60 dias. Trata-se de um fundo de direitos creditórios (FIDC) fundo que possui em seu mandato a obrigação de comprar pelo menos 50% de sua carteira em direitos creditórios como cheques, duplicatas, cartão de créditos entre outros, ou seja, o fundo capta recursos dos investidores (RPPS) e com este recurso compra estas promessas de pagamentos a um preço trazido a valor presente (desconto) a fim de receber estes créditos a prazo, logo, trata-se de um fundo que fica muito exposto ao risco de crédito.

O fundo teve diversos problemas com a antiga administração Gradual CCTVM com repercussão na polícia e imprensa, caracterizada por fraudes nas análises das garantias, entre outros. O atual advogado do fundo, MAIA BRITTO, tem buscado diversas ações afim de executar o máximo de garantias e/ou responsabilizar aqueles que supervalorizaram as garantias dadas nas operações na emissão dos títulos de créditos, sendo assim, esta assembleia vem para que os cotistas determinem o destino dos recursos que chegaram no caixa do fundo.

Por unanimidade, foi **APROVADO** o plano de liquidação do fundo com a condicionante de que o plano seja revisto após um ano.

Cabe ainda saber como estes recursos retornarão aos seus investidores, se pagarão primeiro aos credores ou se haverá uma distribuição na proporção de suas

cotas. A administradora informou que já consultou a CVM mas ainda não obteve resposta.

2 – AGC do Fundo de participações Brasil Florestal.

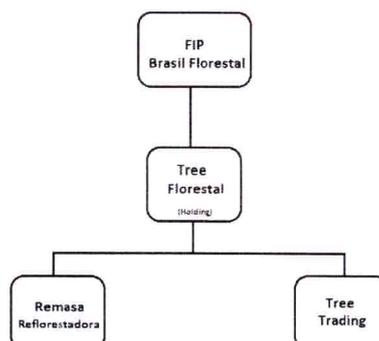
No dia 03/09/2021 ocorreu a assembleia do fundo de participações Brasil Florestal, cuja proposta foi:

- I) Aprovação da alienação das ações detidas pela Tree Florestal na Remasa, nos termos da Proposta Remasa e do Parecer do Gestor em anexo.
- II) Caso o item I seja aprovado, aprovar a prorrogação do prazo do Plano de Liquidação apresentado pelo Gestor, para que passe a prever o prazo de duração indicado para a finalização em 15 de janeiro de 2031.
- III) Caso o item I seja aprovado, aprovar a prorrogação do prazo de duração do FUNDO até 15 de janeiro de 2031, com a consequente alteração do Artigo 1º do Regulamento e manutenção dos registros das cotas em clearing (antiga CETIP e atual B3) pelo período do prazo do Plano de Liquidação do Fundo.
- IV) Caso o item III seja aprovado, a consolidação e implementação do novo Regulamento do Fundo, o qual irá vigorar a partir da data de seu protocolo na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Comitê estudou o delicado caso, uma vez que este é um dos fundos estressados de nossa carteira e portanto, carrega detalhamentos complexos, sensíveis e remotos, envolvendo prisão de antigos agentes do fundo entre outras situações. O fundo é administrado pela BNY Mellon e gerido pela Queluz. O fundo entrou em nosso portfólio em 06/09/2013 com um aporte de doze milhões de reais, cujo benchmark era de IPCA + 9% aa e uma expectativa de rentabilidade de IPCA + 10% aa.

Trata-se de um fundo de participações (FIP), fundos que devem destinar até 90% do seu PL em debêntures conversíveis (de forma reduzida), ações ordinárias de pequenas S/A (abertas ou fechadas) ou até mesmo LTDA's para obter o controle e ditar os rumos das empresas, dada a expertise do gestor no setor e assim, trazer valor de mercado para as empresas e consequentemente para o fundo.

O FIP em questão comprou participações da Holding Tree Florestal especializada na comercialização interna e externa de madeira e seus derivados que por sua vez comprou participação de duas empresas: a Tree Trading e da Remasa Reflorestadora S/A de capital fechado.



O fundo Brasil Florestal captou R\$185 milhões de diversos investidores (RPPS), dos quais R\$125 milhões foram utilizados para a compra de 49,99% das ações da Remasa e R\$5 milhões utilizados para a compra da Tree trading, ficando no caixa do fundo algo em torno de R\$55 milhões. Neste meio tempo, ocorreram diversas fraudes onde foram desviados recursos da Tree trading e R\$55 milhões do caixa do fundo foram subtraídos, o que forçou o fundo a tomar crédito que foi feito de forma irregular com juros abusivos aumentando ainda mais o seu passivo.

A Remasa foi fundada pelo Grupo Gugelmin em 1973 e em outubro de 2012 o grupo vende parte de suas ações para o referido FIP. O vencimento inicial deste FIP era para setembro de 2018, mas em função dos diversos problemas seu prazo foi estendido para 21/09/2021 por meio de uma AGC.

Desde então, o gestor tem buscado liquidez para o fundo, por meio de leilões e negociações das participações que o fundo possui de suas empresas e por fim foi apresentado para os cotistas a seguinte proposta:

O grupo Gugelmin oferece aos cotistas do fundo a recompra do capital por R\$149 milhões para serem pagos em 38 parcelas corrigido por 3% aa, estendendo o prazo do fundo por mais 10 anos.

Sendo assim, o Comitê analisou, discutiu e fez a seguinte reflexão:

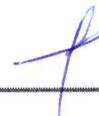
Levando em consideração que o fundo possui um passivo de R\$50 milhões e que o valor a ser recebido pelos cotistas será de R\$149 milhões menos o passivo de R\$50 milhões chegando efetivamente aos cotistas um valor aproximado de R\$100 milhões, e que este valor será pago em 10 anos, estendendo ainda mais o prazo do fundo e que tais valores serão corrigidos por apenas 3,0% aa, taxa esta que é muito aquém de nossa meta, o Comitê decidiu votar **CONTRA** todos os itens da proposta da AGC.

No entanto, no dia 14 de setembro de 2021 foi publicado pela administradora do FIP que foram **APROVADOS** todos os itens por 67,23% dos cotistas. Sendo assim, o fundo entrará em processo de liquidação onde será amortizado o valor principal corrigido por uma taxa de 3,0% aa durante os próximos dez anos.

3 - Apresentação do relatório analítico do mês de agosto de 2021;

Observamos no mês de agosto uma piora no cenário doméstico, onde tivemos ao longo do mês uma grande indefinição no cenário fiscal agregada a uma tensão entre o executivo e o judiciário, além disso, foram renovadas as pressões altistas para o IPCA que segue com os núcleos deteriorados com expectativas altistas do custo da energia elétrica e com possibilidade de racionamento.

Dado este contexto, os principais benchmarks da renda fixa performaram majoritariamente para baixo, com exceção dos vértices mais curtos como o IRFM1, IDKA 2 A e IMA-B5.



Benchmark	Performance no mês
IRFM1	+0,37%
IDKA 2 A	+0,26
IMA-B5	+0,15
IMA-B	-1,09%
IRFM1+	-1,11
IRFM	-1,09
IMA-B5+	-2,22%

No mês de agosto, o Comitê fez uma grande movimentação na parte de renda fixa onde reduzimos os vértices de nossa carteira, saindo dos vértices longos para os vértices mais curtos como os fundos indexados ao IDKA 2 A e IMA-B5 estando posicionado agora, majoritariamente, em fundos de gestão passiva, pois acreditamos que será de grande desafio os gestores conquistarem algum alfa para as suas carteiras. Com a redução destes vértices já é possível observar uma performance positiva desta nova carteira de renda fixa, porém os vértices longos machucaram muita nossa performance na primeira quinzena do mês, pois ainda estávamos posicionados nos mais longos. Em função disso, nossa carteira de renda fixa ainda performou negativamente em -1,15%. Acreditamos que a partir de setembro, com estas recentes permutas realizadas, lograremos uma redução da volatilidade.

Nossa carteira de fundos de ações brasileiras também performou negativamente, todos os nossos FIA's tiveram suas cotas marcadas com deságio, com exceção dos dois novos fundos encarteirados no mês de agosto, o FIA do BB com +1,15% e o FIA CEF com +3,08%, mas dada sua pequena representatividade, a carteira de FIA teve mais uma forte queda de -3,31%.

O dólar volta a operar com grande volatilidade acima dos R\$5,00 contribuindo positivamente na nossa carteira de fundos de investimentos no exterior (FIE). Além da alta do dólar, as forças compradoras continuaram fortes nas bolsas norte-americanas, o que acarretou em uma performance de nossa carteira de FIE em +2,22% bem como os fundos de investimentos em multimercados (FIM) indexados ao S&P500 entregaram +3,35% de rentabilidade no referido mês.

Desta forma, temos uma rentabilidade no mês de -0,65%, sendo o acumulado para o ano corrente de 1,47%.



4 - Plano de ação.

Nos meses de agosto e setembro, observamos que os contratos futuros (DI1F) negociados no mercado secundário tem subido demasiadamente e que a última ata do COPOM alterou o discurso de uma política monetária neutra para uma contracionista e tudo isso impactado não somente pela atual política monetária, mas também pela política fiscal, onde fica no radar uma possível elevação no valor do Renda Brasil, comprometendo o teto dos gastos em função das eleições que ocorrerão no ano que vem. As falas do ministro da economia sobre os precatórios e os conflitos entre os poderes em Brasília agravaram muito o cenário doméstico e com a aproximação das eleições de 2022 este cenário poderá se agravar ainda mais trazendo cada vez mais volatilidade e, portanto, risco para o nosso portfólio.

Já imaginado as emoções que sentiríamos no próximo ano, este Comitê já tinha como objetivo comprar títulos públicos federais em janeiro de 2022 sob a tutela de uma nova PIN que nos permitiria operar tais ativos. Porém, as janelas de oportunidades de compra já estão aparecendo. Na segunda quinzena do mês de agosto e no dia 08 de setembro, que foram dias muito estressantes, o vértice B55 já marcava 5,01% de cupom real e os títulos de 10 anos já pagavam mais de 10,50% de cupom nominal e por consequência os benchmarks IRM1+, IMAB e IMAB5+ sofriam com a abertura da curva.

Sendo assim, reunimos com a nossa consultoria e procuradoria a fim de estruturarmos e mitigarmos os riscos operacionais da compra dos títulos públicos federais, logo, este Comitê propôs mais uma alteração de nossa PIN 2021 que foi aprovada pelo órgão máximo deste instituto para que possamos realizar a compra em uma possível janela de oportunidade as notas do tesouro nacional série B (NTN-B), limitado ao nosso estudo de ALM publicado no site do instituto, buscando um cupom próximo dos 5,00% aa. Ficará como passíveis de liquidação parcial ou total para honrar as compras dos títulos públicos federais os seguintes fundos:

- FI CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RF- CNPJ: 10.740.670/0001-06;
- ITAU INST. ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI- CNPJ: 21.838.150/0001-49;
- SANTANDER RF ATIVO FIC- CNPJ: 26.507.132/0001-06;
- ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RF LP - CNPJ: 10.922.432/0001-03.

Nota-se que os vértices mais longos oferecerão as taxas mais atrativas, em função disso, buscaremos neste primeiro momento 100 mil NTN-B's com vencimento em 2055 e 70 mil NTN-B's com vencimento 2050.

5 - Permuta entre fundos de renda fixa.

Temos constantemente acompanhado os ativos de nosso portfólio buscando mensurar a melhor relação risco/retorno neste segundo semestre tão conturbado. Até então, tínhamos apenas os fantasmas de questões domésticas, mas no final do mês de

setembro rumores de um possível default de uma grande empresa do setor imobiliário Chinês tem trazido à tona o risco sistêmico.

Notamos que o fundo Caixa Gestão Estratégica tem carregado uma volatilidade igual ou superior ao do fundo Caixa IRFM1, mas com uma rentabilidade inferior em relação ao segundo, sendo assim, fundamentado nos cálculos de nossa consultoria para assegurar que a saída do fundo não onerará a contribuição do ativo em nosso portfólio e afim de construir uma reserva de oportunidade e conseqüentemente uma redução da volatilidade de nossa carteira de renda fixa, o Comitê decide em taticamente:

- **Resgatar parcialmente** Duzentos Milhões de Reais (**R\$200.000.000,00**) do FIC DE FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF de CNPJ: 23.215.097/0001-55 e,
- **Alocar** estes recursos no FI CAIXA BRASIL IRFM1 (BENEF) de CNPJ: 10.740.670/0001-06.

O Comitê permanece atento às movimentações do mercado financeiro e de capitais a fim de obter as melhores ações táticas e estratégicas para melhorar a performance de nosso portfólio, sempre pautados pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação e adequação. Sem mais, findou-se a reunião.

Membros:



Diego Stefani



Eliezer Antonio da Silva



Sandra Aparecida Carrara de Oliveira



Robson Eduardo de Oliveira Salles



Weber Seragini

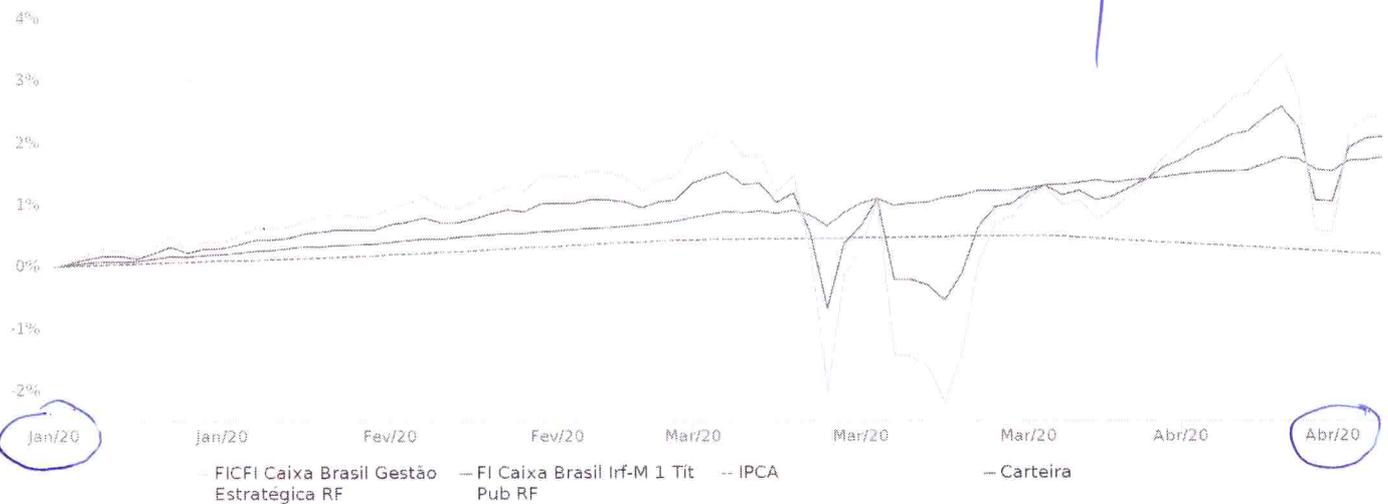
Visão Principal

Ativos comparados:

FICFI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF

FI CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍT PUB RF

Gráfico de Rentabilidade



Rentabilidade

Ativo	No Mês	No Ano	3 Meses	6 Meses	12 Meses	24 Meses	36 Meses
FICFI Caixa Brasil Gestão Estratégica RF	1,11% 1,42%	2,43% 2,22%	1,60% 1,59%	2,52% 0,63%	13,48% 11,09%	24,67% 17,25%	36,39% 25,98%
FI Caixa Brasil Irf-M 1 Tít Pub RF	0,43% 0,74%	1,82% 1,60%	1,39% 1,38%	2,55% 0,66%	6,37% 3,96%	13,31% 5,87%	23,18% 12,77%
Carteira	0,77% 1,03%	2,13% 1,91%	1,50% 1,49%	2,54% 0,65%	9,93% 7,53%	18,99% 11,55%	29,79% 19,33%
IPCA (Principal)	-0,31%	0,22%	0,01%	1,89%	2,39%	7,44%	10,41%

Rendimentos Simulados

Ativo	Valor Inicial	6 Meses	12 Meses	24 Meses	36 Meses
FICFI Caixa Brasil Gestão Estratégica RF	R\$ 10.000,00	R\$ 10.252,21 <small>VOL: 7,02% SHP: 0,08</small>	R\$ 11.348,36 <small>VOL: 6,97% SHP: 1,28</small>	R\$ 12.466,66 <small>VOL: 4,87% SHP: 1,87</small>	R\$ 13.639,48 <small>VOL: 4,63% SHP: 1,94</small>
FI Caixa Brasil Irf-M 1 Tít Pub RF	R\$ 10.000,00	R\$ 10.255,01 <small>VOL: 0,69% SHP: 1,06</small>	R\$ 10.636,86 <small>VOL: 0,52% SHP: 2,28</small>	R\$ 11.331,10 <small>VOL: 0,53% SHP: 1,94</small>	R\$ 12.317,85 <small>VOL: 0,57% SHP: 2,38</small>
Carteira	R\$ 20.000,00	R\$ 20.507,22 <small>VOL: 4,25% SHP: 0,16</small>	R\$ 21.985,22 <small>VOL: 3,22% SHP: 1,43</small>	R\$ 23.797,76 <small>VOL: 2,70% SHP: 1,87</small>	R\$ 25.957,33 <small>VOL: 0,58% SHP: 1,98</small>
IPCA (Principal)	R\$ 20.000,00	R\$ 20.377,74	R\$ 20.478,60	R\$ 21.487,54	R\$ 22.082,27

Estatísticas

Ativo	Meses Positivos	Meses Negativos	Maior Retorno	Menor Retorno	Acima do benchmark	Abaixo do benchmark	PL Atual	Qtde Cotistas
FICFI Caixa Brasil Gestão Estratégica RF	3 <small>0,75%</small>	1 <small>0,25%</small>	1,11%	-0,13%	3 <small>0,75%</small>	1 <small>0,25%</small>	R\$ 11,37 bi	743
FI Caixa Brasil Irf-M 1 Tít Pub RF	4 <small>1,00%</small>	0 <small>0,00%</small>	0,59%	0,36%	4 <small>1,00%</small>	0 <small>0,00%</small>	R\$ 10,77 bi	1,37 mil
Carteira	4 <small>1,00%</small>	0 <small>0,00%</small>	0,77%	0,23%	4 <small>1,00%</small>	0 <small>0,00%</small>	-	-
IPCA (Principal)	3	1	0,25%	-0,31%	4	0	-	-

Características

Ativo	Aplicação mínima (R\$)	Taxa adm. (% a.a.)	Cotização (resgate)	Liquidação	Risco (0-100)
FICFI Caixa Brasil Gestão Estratégica RF	1.000	0,4	D+0 (úteis)	D+0 (úteis)	-
FI Caixa Brasil Irf-M 1 Tít Pub RF	1.000	0,2	D+0 (úteis)	D+0 (úteis)	-

Índice de Sharpe

Ativo	12 Meses	Desde o início
FICFI Caixa Brasil Gestão Estratégica RF	1,39	2,12
FI Caixa Brasil Irf-M 1 Tít Pub RF	2,28	4,88
Carteira	1,45	-
IPCA (Principal)	-10,78	-

Volatilidade

Ativo	12 Meses	Desde o início
FICFI Caixa Brasil Gestão Estratégica RF	5,97%	4,39%
FI Caixa Brasil Irf-M 1 Tít Pub RF	0,52%	0,49%
Carteira	3,28%	-
IPCA (Principal)	0,26%	-

Em um momento de maior volatilidade o IRFMI obteve menor volatilidade.